

UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA: MULHERES REESCREVENDO A SUA HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Camila Fernandes de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Graduanda em Pedagogia
fernandesmilaa@hotmail.com

Gabrielli Aparecida de Souza Ferreira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Graduanda em Pedagogia
gabiasf15@gmail.com

Resumo: Vistas como seres submissos e subalternos, as mulheres tiveram o direito à escolaridade negado por muito tempo, como se sua função exclusiva fosse a de cuidar do lar e se submeter a vontades externas. Porém, a educação, sobretudo a que se destina aos jovens e adultos, apresenta-se como um objeto poderoso, pelo qual é possível questionar e contornar esses estigmas sociais, mostrando o poder e a força da mulher, mãe, esposa e dona de si. O objetivo dessa pesquisa é analisar os motivos que levam as mulheres a abandonar a escola durante a infância/adolescência e quais são as razões do retorno ao ensino. Sendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) seu processo de formação, o intuito desse artigo é o de compreender a relação entre as mulheres e a EJA, os papéis sociais atribuídos a elas ao longo da história e os motivos da procura por essa modalidade. A pesquisa de campo foi realizada em um colégio que possuía turmas de EJA, em Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Os resultados obtidos nessas turmas denotam os obstáculos enfrentados pelas mulheres na luta por sua educação, a superação de barreiras para retornar à escola e a importância atribuída por elas à escolaridade. Além disso, observa-se a EJA como algo bastante importante: um objeto de empoderamento e renovação para mulheres que, por diferentes motivos, não puderam concluir os estudos em idade ideal.

Palavras chave: Autonomia. Educação de Jovens e Adultos. Mulheres.

Introdução

Historicamente, observa-se que as mulheres sempre foram associadas a papéis de submissão e relacionadas à imagem de inferioridade em diferentes esferas, tendo assim seus direitos violados e sua visibilidade social negada. Como o ideal de perfeição feminina era o da mãe perfeita, que cuidasse da casa e do marido, era ineficaz dar às mulheres uma educação que não servisse apenas para construir uma família e cuidar dos afazeres domésticos. Além

disso, a escolaridade, sendo privilégio de poucos, era direcionada essencialmente aos homens brancos e ricos.

Entretanto, devido ao reconhecimento da educação como um direito e instrumento de ascensão social e libertação pessoal, as mulheres travaram uma luta por sua escolaridade, o que resultou em conquistas recentes no que tange estudos e carreira. Mesmo com preconceitos enfrentados frequentemente, elas lutam pela sua autonomia e liberdade, pela igualdade e por respeito. E é nesse sentido que a Educação de Jovens e Adultos se insere, sendo uma aliada para a conquista dos espaços femininos.

O presente artigo tem por objetivo explicitar a relação entre as mulheres e a Educação de Jovens e Adultos, os desafios e dificuldades em torno dessa temática; além de compreender os papéis sociais atribuídos às mulheres no decorrer da história. Ademais, busca-se identificar os motivos que levaram as mulheres a abandonar os estudos no período regular, e também entender os fatores que motivaram o retorno delas à escola.

Desse modo, a pesquisa se organiza em torno de uma discussão sobre os impasses históricos, as desigualdades de gênero e as conquistas femininas na educação. Nela são abordados temas como: o significado e o histórico da Educação de Jovens e Adultos, além do histórico da oferta de educação para as mulheres e uma abordagem sobre o público feminino nessa modalidade de ensino. Após essas discussões, está a análise de dados, seguidas das considerações finais e das referências.

Essa pesquisa foi desenvolvida a partir do contato com mulheres de uma escola que contempla a Educação de Jovens e Adultos, no município de Bom Jesus da Lapa-BA, em 2018. Por meio de observações e de um grupo focal em diferentes turmas, foi possível perceber as falas femininas sobre os motivos que as fizeram deixar os estudos em idade ideal, e quais fatores as fizeram retornar.

A relevância desse artigo consiste na importância de questionar os papéis das mulheres em sociedade, os obstáculos enfrentados por elas para ter seu devido reconhecimento, visibilidade e autonomia, além de salientar a necessidade de políticas que contemplem o público feminino, seja na educação ou em qualquer outra área. Dessa maneira, pretende-se também conhecer a realidade das mulheres, mães e trabalhadoras, assim reconhecendo suas batalhas e valorizando seus contextos de vida.

Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos: do Império à Contemporaneidade

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional destinada àqueles que não tiveram acesso ou não puderam dar continuidade aos estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade apropriada. Nesse sentido, os Artigos 37 e 38 da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/1996) abordam que

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. [...] § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996).

Dessa maneira, constam nesses artigos o direito de acesso à educação para as pessoas que precisam cursar a EJA e o dever do Estado de garantir a permanência desses estudantes na escola.

A educação para jovens e adultos acontece desde o período colonial, pois mesmo a educação brasileira tendo um olhar específico direcionado para as crianças, a Companhia Missionária de Jesus também catequisava e alfabetizava na língua portuguesa os indígenas adultos. Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, em 1759, a educação de adultos entrou em crise, porque a organização educacional ficou sob responsabilidade do Império. Nesse período, a educação foi destinada para a elite e apenas os filhos dos portugueses, brancos e do sexo masculino podiam estudar, excluindo os negros e os indígenas. Desse modo, o conhecimento formal era monopolizado pela classe dominante.

Através do Ato Constitucional de 1834 as províncias ficaram responsáveis pela instrução primária e secundária de todas as pessoas, especialmente dos jovens e adultos. É válido ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos era carregada de um princípio missionário e caridoso, por isso ela deixou de ser vista como um direito e passou a ser um ato

de solidariedade das pessoas alfabetizadas às pessoas não alfabetizadas, que eram vistas como perigosas e degeneradas.

O período que preconizava a República foi marcado pela exclusão das pessoas não alfabetizadas, e em 1879 a Reforma Leôncio de Carvalho se referia a elas como dependentes e incompetentes. Logo após, em 1881 a Lei Saraiva restringe o voto somente às pessoas alfabetizadas. A Constituição Republicana, de 1891, serviu para destacar essa exclusão, pois só poderia votar quem era letrado e possuísse posse. No início do século XX, as pessoas não alfabetizadas começaram a ser culpabilizadas pela situação de subdesenvolvimento do Brasil. A partir disso foram criadas em 1915 a Liga Brasileira contra o Analfabetismo e em 1924 a Associação Brasileira de Educação (ABE), que pretendiam erradicá-lo e contribuir com o desenvolvimento do país.

Em 1920, 72% da população brasileira era de pessoas não letradas, e em 1930 foi criado o Plano Nacional de Educação que assegurava o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido para pessoas adultas: foi o primeiro plano na história da educação brasileira que tratava especificamente sobre a EJA. É importante destacar que foi a partir da década de 40 e com grande força na década de 50 que a Educação de Jovens e Adultos passou a ser tratada como prioridade, e em 1938 foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Através dele foi fundado em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário, que tinha o intuito de realizar ações que ampliasse e incluísse o Ensino Supletivo para jovens e adultos, e em 1945 ocorreu a regulamentação desse fundo, estabelecendo que 25% dos recursos fosse destinado para a EJA.

No ano de 1946 surgiu a Lei Orgânica do Ensino Primário que almejava o ensino supletivo, e em 1947 foi criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA) que era responsável pela reorientação e coordenação dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos não alfabetizados. Essa ação foi denominada de Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, porém o seu método pedagógico foi duvidoso, pois homogeneizava os educandos. Vale destacar que essa campanha só foi criada devido as pressões internacionais para a erradicação do analfabetismo nos países subdesenvolvidos, que eram vistos como “nações atrasadas”.

Essa pressão internacional surgiu com a criação, em 1945, da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que viam a educação como o meio de desenvolvimento do Brasil. É importante salientar que os programas criados com o objetivo de alfabetizar o maior número de pessoas

para que pudessem votar, estavam preocupados mais com a quantidade de indivíduos alfabetizados do que com a qualidade.

É necessário falar que os adultos não letrados recebiam a mesma educação que as crianças, porém eram alfabetizados mais facilmente que o público infantil, a partir disso surgiu dois documentos: a Relação com o Público e o Voluntariado (1948) e o Manual do Professor Voluntário – Ilustrações para o Ensino de Leitura e Linguagem Escrita (1960). Os dois abordavam sobre o voluntariado, pois os alfabetizadores de adultos não precisavam ter formação especializada, qualquer pessoa letrada poderia realizar a função de forma voluntária.

Em 1958, foi realizado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, onde começou a discussão sobre um novo método pedagógico para a educação de adultos. Nesse período, começou a transmissão da pedagogia de Paulo Freire, um grande educador brasileiro. Segundo ele, a educação deveria ser feita “com” as pessoas e não “para” elas. No mesmo ano, foi criada a Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), mas assim como as campanhas anteriores, essa também não obteve sucesso.

O fim da década de 50 e começo da década de 60 foi marcado por uma mobilização social em torno da educação de adultos. Muitos programas foram criados nesse período através da influência de Paulo Freire, como o Movimento de Educação de Base (1961–CNBB), o Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), o Centros Populares de Cultura (UNE), e a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal). Esses programas reconheciam que o analfabetismo era o reflexo de uma sociedade injusta e não-igualitária e que as pessoas não alfabetizadas eram produtoras de conhecimento. Com a criação desses movimentos, a CNEA foi extinta e Paulo Freire foi indicado para produzir o Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação, mas com o Golpe Militar esse plano foi interrompido.

Em 1964, a partir do Golpe Militar, a educação brasileira passou por transformações abruptas. Algumas das mudanças mais radicais foram a apreensão de materiais, detenção e exílio de indivíduos. Nesse sentido, foi criado em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que tinha como objetivo alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada. Nele, o que importava era que os alunos aprendessem a ler e escrever, sem levar em conta a contextualização e real aprendizagem. Diante dessa política, as pessoas não eram vistas como produtoras de culturas e conhecimentos, mas sim como sujeitos que não possuíam história e saberes próprios.

Além disso, o Mobral reforçava a responsabilidade dos próprios alunos por seu analfabetismo, e a eles atribuía o subdesenvolvimento do Brasil. Outro ponto relevante é o do recrutamento de alfabetizadores sem grandes exigências, pois não era necessário que o alfabetizador entendesse o método pedagógico, apenas que ele fosse alfabetizado. Em 1985, com a chegada da Nova República, esse programa foi extinto, havendo denúncias sobre desvios de recursos financeiros marcando o seu fim. Ademais, muitas pessoas alfabetizadas pelo Mobral desaprenderam a ler e escrever.

Com o fim do Mobral, em 1985, surgiram outros programas substituintes como a Fundação Educar, que estava vinculada especificamente ao Ministério da Educação e tinha como objetivos supervisionar e acompanhar o investimento dos recursos transferidos para a execução de seus programas. Porém, em 1990, essa fundação foi extinta pelo Governo Collor, sem que houvesse outro projeto em seu lugar. A partir da extinção dos programas, o Governo Federal se ausentou dos projetos de alfabetização e os municípios passaram a ser responsáveis pela Educação de Jovens e Adultos. Ao mesmo tempo, experiências feitas em universidades e organizações não-governamentais contribuíram para a criação de métodos de alfabetização.

Entre os movimentos iniciados na década de 90, surgiu o Movimento de Alfabetização (Mova). Nele, diferentemente do Mobral, a alfabetização era trabalhada a partir do contexto socioeconômico dos estudantes, sendo eles participantes do seu processo de aprendizagem. No ano de 1996, surgiu o Programa de Alfabetização Solidária, promovido pelo governo federal, esse plano possuía alguns pontos que o tornava semelhante ao programa das décadas de 40 e 50, porque havia nele a ideia de que qualquer pessoa sabia ensinar, e de que uma pessoa que não sabia ler ou escrever seria incapaz e passível de adoção assistencialista.

Em 1998, surgiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que objetivava atender às populações situadas em áreas de assentamento, sendo vinculado essencialmente ao Incra, universidades e movimentos sociais. Em 2003, o governo federal lançou o Programa Brasil Mais Alfabetizado, que queria erradicar o analfabetismo do Brasil em 4 anos, mas em 2004, a partir da mudança do ministro da educação e reformulação do programa, essa meta foi retirada, além disso, a duração dos projetos de alfabetização foi ampliada de 4 para 8 meses. É válido ressaltar que mesmo depois de todas essas iniciativas, no século XXI, há uma alta taxa de pessoas que não têm domínio de leitura, escrita e operações básicas de matemática.

As pessoas jovens e adultas que não puderam concluir os seus estudos na idade regular e desejam retornar à escola, têm os seus direitos assegurados por lei, pois além dos artigos 37

e 38 da Lei de Diretrizes e Bases, em 15 de junho de 2010 foi instituída a Resolução N° 3 que estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso, idade mínima e certificação nos exames e a EJA desenvolvida por meio da Educação a Distância (EAD).

Essa Resolução substituiu o termo “supletivo” por EJA e estabeleceu no Artigo 4° a duração dos cursos presenciais, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a duração deve ficar a critério dos sistemas de ensino, para os anos finais a duração mínima deve ser de 1600 horas e tanto para o Ensino Médio quanto para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio a duração mínima deve ser de 1200 horas.

Nos Artigos 5° e 6° dessa Resolução fica estabelecido a idade mínima e inscrição e realização de exames de conclusão na EJA, que é de 15 anos completos no Ensino Fundamental e de 18 anos completos no Ensino Médio. Além disso, o Artigo 7° diz que a certificação decorrente dos exames de EJA deve ser competência dos sistemas de ensino.

O Artigo 9° traz que os cursos de EJA desenvolvidos por meio da EAD serão restritos ao segundo segmento do Ensino Fundamental, com duração de 1600 horas e ao Ensino Médio durando 1200 horas, a idade mínima é a mesma da EJA presencial. A EAD deve ser desenvolvida em comunidade de aprendizagem em rede, com aplicação, dentre outras, das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a interatividade pedagógica deve ser desenvolvida por professores licenciados na disciplina ou atividade e aos estudantes devem ser fornecidos livros didáticos e de literatura.

O Artigo 10° dessa Resolução traz a necessidade de uma formação qualificada para os professores atuarem na Educação de Jovens e Adultos. Ademais, o Parecer N° 403/2011 institui o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, cujos resultados podem ser utilizados para certificação do Ensino Fundamental e/ou Médio.

Dessa maneira, observa-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) consiste num histórico de lutas e conquistas por direitos aos estudos e a atuação na sociedade, que inúmeras vezes já foi negada aos jovens e adultos sem escolaridade, por isso eram excluídos do meio social, o que infelizmente ainda acontece na modernidade.

Histórico da oferta de educação para as mulheres

No decorrer da história, o principal papel da mulher era o de cuidadora da casa, do marido e dos filhos. O ideal da perfeição feminina era o da submissão ao cônjuge, manutenção da arrumação do lar e qualidades de uma boa mãe. Entretanto, é cada vez mais notória a busca das mulheres pela independência pessoal e profissional. De acordo com Barros e Rocha (2008), essa busca se dá por um exercício constante da mulher em assumir responsabilidades da própria vida, e não mais receber imposições externas contra sua própria vontade. Esse fato denota a luta feminina por seus direitos e sua visibilidade, sobretudo no mercado de trabalho e nos estudos. Desse modo, Valle observa:

Vale ressaltar que as mulheres são historicamente excluídas da escola, não só pela necessidade de trabalhar, pelas condições financeiras ou indisponibilidade de vagas, ou ainda pelo insucesso na escola, mas também por razões culturais referenciadas nas relações de gênero: “mulher não precisa estudar”. (VALLE, 2010, p.36)

Devido à imagem histórica atribuída às mulheres, a educação não era algo “para elas”. Logo, a busca feminina pela escolaridade é marcada pela luta por direitos iguais. A educação era um direito e um privilégio de minorias, e se um grupo seletivo de homens tinha esse acesso, a quantidade de mulheres que o possuíam era imensamente menor: dentre elas, só as moças ricas, e em sua grande maioria brancas, recebiam essa educação. Ademais, essa relação de disparidade educacional pode ser observada num antigo provérbio português aplicado a mulheres de classe alta: “uma mulher é suficientemente educada quando pode ler com propriedade seu livro de orações e sabe como escrever a receita de geleia de goiaba; mais do que isso põe o lar em perigo” (RITT, 2012, p.44). Essa frase demonstra as relações de poder e opressão que permeiam a educação há muito tempo.

Contudo, impulsionadas pelo crescimento da urbanização e a necessidade financeira, algumas mulheres travaram uma luta pela liberdade e pelo direito à escolarização no início do século XX. As escolas voltadas a elas nesse período eram centradas na educação religiosa, e como as mulheres deveriam ser moldadas para cuidar da família e do lar, não fazia sentido dar a elas uma educação que não fosse atender somente às demandas domésticas. Porém, esse tipo de educação passou a não atender mais as necessidades femininas, baseadas no desejo de ascensão social e profissional.

Ainda que documentos como a Constituição Federal declarassem direitos e deveres iguais entre homens e mulheres, a sociedade insistia em alterar seu caráter. A partir desse embate, possuindo a educação como forma de libertação e conquistas, as mulheres começaram a levantar movimentos e questionamentos sobre essa temática. Esse processo foi bastante importante para a visibilidade educacional e social feminina.

Graças às inúmeras discussões de gênero, os debates em torno dessa questão ganharam bastante repercussão ao redor do mundo, o que resultou na criação de políticas públicas voltadas às mulheres. Essas políticas possuem a educação como um dos eixos fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária. Um exemplo de indicador dessas políticas é o Plano Nacional de Políticas Públicas para mulheres (PNPM), a partir de 2004 (BRASIL, 2013), sendo responsável por monitorar as ações governamentais e por identificar as desigualdades de gênero que possam existir.

Devido aos embates e discussões em torno da busca pela igualdade entre gêneros, as relações sociais de trabalho e educação passaram por transformações. As mulheres buscam seu espaço e autonomia, sua independência financeira e pessoal. Segundo dados do IBGE (2015), as mulheres apresentam maiores níveis de escolaridade e um menor índice de analfabetismo em relação aos homens. Além disso, os cursos de ensino superior são majoritariamente ocupados por mulheres, sendo elas 19,6 % desse percentual, enquanto os homens ocupam 14,2%, como apontado no censo do IBGE do ano de 2009.

Diante dos dados expostos, pode-se constatar que a visibilidade educacional feminina é pautada num histórico de lutas e conquistas. Ainda que, na atualidade, as mulheres encarem diversos preconceitos, estereótipos e desvalorização nas diversas esferas sociais, elas enfrentam esses obstáculos e mostram sua aptidão, competência e força.

A realização da pesquisa

Essa pesquisa é de cunho qualitativo, que, de acordo Minayo (2009, p.21), trabalha com significados, dando espaço para que as relações sejam trabalhadas mais profundamente, pois, através da pesquisa qualitativa o pesquisador pode interagir com os sujeitos e conhecer melhor o seu objeto de estudo.

Esse estudo foi realizado durante três dias em setembro de 2018, no colégio São Vicente de Paulo, localizado em Bom Jesus da Lapa – BA. O colégio oferece o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos como etapas de ensino. Em sua estrutura estão presentes

nove salas de aula, uma sala de vídeo, uma biblioteca, uma secretaria, uma diretoria, uma quadra, um laboratório de ciências, um palco, um refeitório e seis banheiros distribuídos pelos diferentes cantos do colégio.

Essa pesquisa tem como um dos instrumentos de coleta de informações a observação, que segundo Gerhardt e Silveira

[...] é uma técnica que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade. Ela consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar. A técnica da observação desempenha importante papel no contexto da descoberta e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.74).

A observação aconteceu durante dois dias. No primeiro dia, foi realizada nas turmas do 7º ano “A” e “B” da Educação de Jovens e Adultos, durante o período noturno. Nessa turma, no primeiro momento, havia 17 alunos, sendo 7 mulheres e 10 homens. A aula, que tinha como assunto principal a dança, foi ministrada por uma professora formada em pedagogia. Ela passou uma atividade sobre Henry Matisse, na qual os alunos coloriram uma imagem de um quadro do pintor e, posteriormente, responderam a algumas perguntas sobre o assunto, que foram projetadas na televisão. No segundo momento, permaneceram apenas os educandos da turma “A”, ficando 4 mulheres e 5 homens assistindo à aula de Biologia, ministrada por um professor formado nessa área. Ele passou uma atividade de um livro não direcionado à EJA para que os alunos respondessem e tirassem suas dúvidas. Essa atitude mostra o quanto os materiais disponibilizados para a Educação de Jovens e Adultos estão ultrapassados.

No segundo dia, foram observadas as turmas do 6º ano “A” e “B” da EJA, compostas por 14 discentes, sendo 5 mulheres (inclusive uma mulher que estava com seu filho) e 9 homens. Eles estavam tendo aula de Língua Inglesa, com uma professora formada em Pedagogia. Ela passou uma atividade sobre o verbo ‘to be’, os alunos responderam, e alguns foram convidados a compartilhar suas respostas. Após o intervalo, os educandos foram para a sala de vídeo e assistiram a uma aula de Filosofia, ministrada por uma professora que é filósofa. Nesse segundo momento, permaneceu a mesma quantidade de alunos. Nessa aula, foi abordado o assunto política, e os alunos conheceram seu significado através do que a professora escreveu no quadro, de um vídeo mostrado por ela e de um texto que foi lido coletivamente.

O outro instrumento de coleta de informações utilizado nesse estudo, foi o grupo focal, que de acordo com Morgan (1997) é uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Esse instrumento foi aplicado no terceiro dia com 19 educandos, sendo 10 homens e 9 mulheres que estavam cursando o 3º ano do Ensino Médio na EJA. Com a aplicação do grupo focal, buscou-se identificar o que ocasionou o abandono e o retorno dos alunos à escola, além de conhecer os fatores que contribuíram e contribuem para a permanência. Em seu primeiro momento foi realizada uma dinâmica que consistiu na entrega de balões aos alunos, e neles, cada um escreveu o motivo que resultou o abandono escolar e depois que todos leram e explicaram suas razões, estouraram os balões como uma representação simbólica de coisas que não queriam mais para suas vidas.

É oportuno salientar que durante toda a pesquisa as questões éticas foram consideradas, garantindo anonimato para professores e alunos, e que o nome do colégio foi divulgado, porque foi permitida a sua identificação.

A trajetória escolar das mulheres

A Educação de Jovens e Adultos é caracterizada por pessoas que tiveram que abandonar os seus estudos e não puderam concluí-los na idade regular. Desse modo, Mool contribui dizendo que

Nesse sentido, quando falamos “em adultos em processo de alfabetização” no contexto social brasileiro, nos referimos a homens e mulheres marcados por experiências de infância na qual não puderam permanecer na escola pela necessidade de trabalhar, por concepções que as afastavam da escola como de que “mulher não precisa aprender” ou “saber rudimentos da escrita já é suficiente”, ou ainda, pela seletividade construída intimamente na rede escolar que produz ainda hoje itinerários descontínuos de aprendizagens formais. [...] (MOOL, 2004, p.11).

Esse abandono se dá por diversos motivos, que se diferem entre os homens e as mulheres, pois, enquanto eles costumam deixar os estudos em virtude do trabalho e da falta de interesse, elas costumam ter motivos ainda mais expressivos, como relacionamentos abusivos, filhos e emprego. Dentre os relatos das alunas, alguns chamaram bastante atenção, entre eles estão:

“Parei de estudar porque me casei. Meu marido dizia que eu era uma inútil e que não seria nada. E quando tive a minha filha, ficou ainda mais difícil de estudar.” (Aluna A).

“Frequentei a escola até o sexto mês de gravidez, mas após o nascimento do meu primeiro filho, eu saí.” (Aluna B).

“Casei aos 16 anos, tive o meu primeiro filho e não dava conta de tudo. Então, saí da escola.” (Aluna C).

Através desses relatos, é notável a dicotomia nas falas dos participantes do grupo focal sobre os motivos que os levaram a abandonar a escola. Nessa perspectiva, Ireland (2009) diz que há diversas variáveis interferindo no processo de evasão escolar. Muitas vezes, o estudante não deixa voluntariamente a escola. Faz isso por causa da família ou do trabalho. Afinal, enquanto todos os homens abandonaram a escola por trabalho, desinteresse, cansaço e curtição, todas as mulheres tinham que cuidar da família e, além disso, algumas ainda trabalhavam. Essa sobrecarga é uma grande responsável pela interrupção da escolaridade feminina.

A decisão de retornar à escola é um gesto decisivo e significativo na vida dos alunos. Nesse sentido, Oliveira (1996, p.37) diz que o retorno à escola “significa um marco decisivo no restabelecimento dos seus vínculos com o conhecimento escolar, libertando-os do estigma do analfabetismo e do sentimento de inferioridade”. Portanto, o retorno desses estudantes representa uma busca por autonomia, liberdade e obtenção de novos conhecimentos. É válido ressaltar que em todas as turmas da EJA que foram observadas, a quantidade de mulheres sempre foi menor que a quantidade de homens, e que essas sempre estiveram mais atentas às explicações e se esforçavam muito para responder às atividades.

Por meio das falas do grupo focal, ficou perceptível que os motivos que fizeram as mulheres retornarem à escola são muito relevantes, pois elas não só se preocupam com suas próprias aspirações, mas colocam suas famílias em primeiro lugar. Diante disso, Gonçalves (2014, p.11) diz que “Os alunos têm objetivos diferentes para entrar, permanecer e concluir ou não a escola, e o objetivo principal, não é necessariamente, a busca por certificações ou conclusão formal”. Isso mostra que as mulheres estão mais preocupadas com o percurso do que com o término de um nível escolar.

Durante a conversa algumas mulheres disseram que retornaram ao espaço escolar porque perderam muitas oportunidades, devido à falta de escolaridade. Mas a maior parte

delas abordaram fatores semelhantes que as levaram a abandonar e retornar à escola. Entre as falas mais marcantes, estão:

“Eu voltei a estudar para dar exemplo aos meus filhos.” (Aluna D).

“Quero algo melhor para os meus filhos. Meu sonho sempre foi estudar medicina. O futuro do ser humano hoje em dia é a escola. Retornei depois de o meu marido ficar me chamando de inútil.” (Aluna A).

“O meu marido me proibiu de estudar. Quando os meus filhos cresceram, a minha filha passou em Odontologia e foi o meu maior incentivo. Terminei o meu relacionamento e voltei.” (Aluna E).

É notável que para as mulheres, a escola não é apenas um lugar onde se aprende a ler e escrever, é também um espaço de empoderamento feminino, que as fazem querer deixar de serem submissas e conquistarem sua independência pessoal. Por isso, algumas querem terminar a escola para conseguir um emprego melhor e para cursar o ensino superior.

“Uma amiga minha passou no ENEM e conseguiu fazer o curso que ela queria. Isso foi um incentivo para que eu voltasse aos estudos e depois fizesse a prova também, pois quero muito entrar na faculdade.” (Aluna F).

“Voltei porque vi que desistir não leva a nada, e também porque perdi várias vagas de emprego.” (Aluna G).

Nessa perspectiva, Rieger e Jesus (2011, p.178) afirmam que “As mulheres buscam na escola mais do que conteúdos prontos a serem reproduzidos, como cidadãs, elas querem se sentir ativas e participativas, e algumas sonham em conseguir frequentar uma faculdade.” Isso mostra que as mulheres desejam voltar a estudar porque querem conquistar o seu lugar na sociedade.

Além do abandono e do retorno, algumas razões influenciam para a permanência das alunas em turmas de EJA, pois a evasão escolar nessa modalidade educacional ainda é muito grande. Entre essas razões, além dos motivos pessoais, está principalmente a didática dos professores., que segundo Libâneo:

A didática é, pois, uma das disciplinas da Pedagogia que estuda o processo de ensino e aprendizagem – para, com o embasamento numa teoria da educação, formular diretrizes orientadoras da atividade profissional dos professores. É, ao mesmo tempo, uma matéria de estudo fundamental na formação profissional dos professores e um meio de trabalho do qual os professores se servem para dirigir a atividade de ensino, cujo resultado é a aprendizagem dos alunos. (LIBÂNEO, 1990, p.52).

Desse modo, percebe-se a necessidade da didática na socialização dos conteúdos. Por isso, é imprescindível que os professores que atuam na EJA estejam sempre refletindo sobre a sua prática pedagógica, pensando nela a partir da realidade dos alunos, ou seja, objetivando uma contextualização da didática para a Educação de Jovens e Adultos. Desse modo, depois de um dia cansativo, as educandas sentirão maior vontade de estudar, porque os conteúdos que são abordados na sala de aula trazem sentido para seu cotidiano.

Os educadores devem planejar suas aulas de acordo com o seu público alvo e com a diversidade de vivências que será apresentada pelos alunos. Ademais, eles têm que enfrentar o descaso que o poder público tem com a Educação de Jovens e Adultos, pois os livros didáticos da EJA estão defasados porque não são atualizados há mais de 10 anos. Por esse motivo, muitos professores trazem outros livros para executar suas aulas, além de outros recursos como vídeos e músicas. Nesse sentido, Mool afirma que

O papel do educador é pensar formas de intervir e transformar a realidade, problematizando-a, dialogando com o educando. Em sala de aula, o importante não é “depositar” conteúdos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno: conhecê-lo como indivíduo num contexto social, com seus problemas, seus medos, suas necessidades, valorizando seu saber, sua cultura, sua oralidade, seus desejos, seus sonhos, isso possibilita uma aprendizagem integradora, abrangente, não compartimentalizada, não fragmentada. (MOOL, 2004, p.140).

É muito importante que os professores tenham uma formação especializada para atuarem na Educação de Jovens e Adultos. Assim eles saberão discernir que alfabetizar um adulto é diferente de alfabetizar uma criança, pois esses alunos já trazem consigo uma grande bagagem de conhecimentos acumulados no decorrer da vida. Também é essencial a existência de uma relação amigável entre professor e alunos para que o conhecimento seja construído da melhor maneira possível. Diante disso, Paulo Freire (1985) afirma que “Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.”. Dessa maneira, o conhecimento deve ser construído em conjunto e o professor tem que valorizar os saberes que os alunos já trazem consigo.

Diante das informações analisadas, nota-se a relação entre a Educação de Jovens e Adultos e as mulheres. Para elas, a EJA é uma forma de reescrever suas histórias, superando os preconceitos e modificando sua postura em sociedade, pois o retorno à escola significa a

conquista de sua liberdade e autonomia, dando a elas o direito de serem donas de suas próprias vidas.

Algumas considerações

Essa pesquisa buscou abordar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma importante maneira das mulheres reescreverem a sua trajetória de vida através da escolaridade, e nela foi relatado os motivos que as fizeram abandonar, retornar e permanecer na escola. Vale destacar que o desenvolvimento desse trabalho no Colégio São Vicente de Paulo foi muito prazeroso, pois os professores, alunos e funcionários foram muito solícitos e ajudaram a desenvolver a observação e o grupo focal.

Os aspectos mais relevantes da pesquisa foram que em todas as salas o número de mulheres era menor em relação ao número de homens e que tanto os motivos do abandono escolar quanto os fatores do retorno das mulheres eram mais significativos, pois elas voltaram para a escola objetivando uma vida melhor para elas e para a sua família, inclusive os filhos foram as maiores motivações. Por isso todas se esforçam muito e não pretendem parar no Ensino Médio, a maior parte das estudantes almejam o ensino superior, que é indicado por todos os professores.

Essa pesquisa contribuirá durante toda a nossa vida acadêmica e quando estivermos no mercado de trabalho, pois com ela foi possível aprender mais sobre a Educação de Jovens e Adultos e confirmar a importância que a EJA tem para as pessoas que querem retomar os seus estudos, porque a partir da pesquisa realizada, foi possível perceber que o retorno à escola tem um significado maior para o público feminino, pois além da socialização de conhecimentos escolares, elas entendem a necessidade de conquistar a sua independência e construir a sua própria história, deixando de ser submissas e se empoderando na sociedade.

Referências

BARROS, J. N.; ROCHA, M. M. S. **Mulher, mãe e profissional**: Uma Breve discussão sobre o reflexo dessas escolhas no modo de ser mulher. Minas Gerais: Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, 2008. Disponível em:
<<http://www.unilestemg.br/kaleidoscopio/artigos/volume2>>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. P. 292.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9394/96, 15 de junho de 2010.

_____, Ministério da Educação. Parecer CEE n. 403, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre as Diretrizes para a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Educação da Bahia.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Lei nº 9394/96. LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

_____. Presidência da República. Secretaria de políticas para as mulheres. Plano Nacional de políticas para as mulheres. Brasília: Secretaria de políticas para as mulheres 2013, p. 114.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 9º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, R. C. P. Processos pedagógicos para permanência e êxito. –Florianópolis: IFSC, 2014.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional 2007. 2009. Disponível em:
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1864.pdf>>. Acesso em 02 de abril de 2019.

_____. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2014. 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em 02 de abril de 2019.

IRELAND, Timothy. Revista Nova Escola, Ed. 223, junho/2009.

LIBANÊO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização de adultos: desafios à razão e ao encantamento. In. MOLL, Jaqueline (org.). **Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MORGAN, David L. **Focus Groups as Qualitative Research**. Qualitative Research Methods Series – Vol 16. Second Edition - Sage. Publications. 1997.

OLIVEIRA, M. C. Metamorfose na construção do alfabetizando pessoa. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. 1996. Disponível em: www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/download/854/608+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 02 de abril de 2019.

PALÁCIOS, Keila Cristina Medeiros; DOS REIS, Maria das Graças Fernandes de Amorim; GONÇALVES, Josiane Peres. A mulher e a educação escolar: um recorte da EJA na atualidade. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 104-121, set./dez.2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/39169>

RIEGER, M. JESUS, I. A. Educação de Jovens e Adultos: o retorno das mulheres à escola. Revista Eventos Pedagógicos v.2, n.2, p. 161–170, Ago./Dez.2011. Disponível: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/412/242>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

RITT, C. F. A conquista da educação pelas mulheres na história do Brasil, a violência doméstica praticada contra a mulher e a aplicação do art. 41 da Lei Maria da Penha, para a punição do agressor da violência de gênero. Revista do curso de Direito da FSG, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p. 41-53, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://ojs.fsg.br/index.php/direito/article/viewFile/357/331>>. Acesso em 02 de abril de 2019.

STRELHOW, Thayeles Borcarte. **Breve História Sobre a Educação de Jovens e Adultos.** Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010.

VALLE, M. C. A. **A leitura literária de mulheres na EJA**, Artigo. Belo Horizonte Faculdade de Educação da UFMG 2010.

SOBRE AS AUTORAS

Camila Fernandes de Oliveira

Graduanda do 4º semestre de Pedagogia, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: fernandesmilaa@hotmail.com

Gabrielli Aparecida de Souza Ferreira

Graduanda do 4º semestre de Pedagogia, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: gabiasf15@gmail.com